

DIREITO PROCESSUAL CIVIL I

Licenciatura em Solicitoria

Licenciatura em Solicitoria (Pós-Laboral)

Código: 16908

Área Científica Predominante: Ciências Jurídico-Forenses

Docente: Diana Isabel da Silva Leiras

Idioma de Instrução: Português

Regime: S2

Carga Letiva: 60h Carga Trabalho: 168h

ECTS: 6,0

Objetivos

- Conhecer o objecto, a natureza, as características e as fontes do Direito Processual Civil.
- Proporcionar o conhecimento dos principais conceitos de Direito Processual Civil, bem como estudar, com profundidade, os princípios gerais que o enformam.
- Analisar e aplicar, aprofundadamente, a classificação das ações quanto ao objeto, à forma e aos interesses em discussão.
- Analisar e aplicar os pressupostos processuais relativos às partes, ao Tribunal e ao objeto da causa.
- Construir, com solidez, as bases necessárias à compreensão do sistema judiciário.
- Estudo da tutela provisória e da jurisdição cautelar.

Resultados da Aprendizagem

- 1– Identificar os princípios gerais de processo civil e conseguir reconhecê-los ao longo do processo; ser capaz de os utilizar na tarefa interpretativa das normas processuais.
- 2– Conferir competências que habilitem os estudantes a dominar a organização judiciária e a teorias dos pressupostos processuais.
- 3– Capacitar os estudantes a compreender o formalismo processual declarativo, sendo capaz de identificar o meio judicial adequado, de que deve lançar mão perante casos concretos.
- 4– Reconhecer e classificar as ações quanto ao objeto, à forma e aos interesses em discussão.
- 5– Saber dar cumprimento aos pressupostos processuais quanto às partes, ao tribunal e ao objeto da causa, perante situações concretas.
- 6– Habilitar os estudantes ao futuro exercício das funções forenses, como intervenientes processuais, sendo capazes de identificar as formas de processo, a regularidade do processo e a forma de sanção da falta de pressupostos processuais.

7– Ser capaz de identificar e caracterizar os procedimentos cautelares, sabendo recorrer a eles perantessituações concretas.

Conteúdos Programáticos

PARTE I. INTRODUÇÃO

1. Noção e características do Direito Processual Civil
2. Fontes do Direito Processual Civil
3. Princípios Fundamentais do Direito Processual Civil

PARTE II. CLASSIFICAÇÃO DAS ACÇÕES

1. Classificação das ações quanto ao objeto
2. Classificação das ações quanto à Forma
3. Classificação das ações quanto aos Interesses em Discussão
 - 3.1. Processos de Jurisdição Litigiosa e Processos de Jurisdição Voluntária. Termos da Distinção
 - 3.2. Características dos Processos de Jurisdição Voluntária

PARTE III. PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS

1. Considerações gerais
2. Pressupostos relativos às partes
 - 2.1. Personalidade e capacidade Judiciárias
 - 2.2. Legitimidade
 - 2.3. Patrocínio judiciário obrigatório
 - 2.4. Interesse em Agir
3. Pressupostos relativos ao tribunal
4. Pressupostos relativos ao objeto da Causa
5. Falta de pressupostos processuais
6. Ineficácia da falta não sanada de pressupostos processuais

PARTE IV – TUTELA CAUTELAR

1. Procedimentos cautelares
 - 1.1. Noção e natureza

1.2. Tramitação processual

1.3. Caducidade

1.4. O procedimento cautelar comum e os procedimentos cautelares especificados

Bibliografia Recomendada

FARIA, Paulo Ramos de, LOUREIRO, Ana Luísa, Primeiras Notas ao Novo Código de Processo Civil – Volumes I e II, 2.ª ed., Coimbra, Almedina, 2014.

FREITAS, José Lebre de,

- Introdução ao Processo Civil – Conceito e Princípios Gerais à Luz do Novo Código, 4.ª Edição, Coimbra, Gestlegal, 2017.

- A Ação Declarativa Comum – À Luz do Código de Processo Civil de 2013, 4ª Edição, Coimbra, Gestlegal, 2017.

GONÇALVES, Marco Carvalho, Providências Cautelares, Coimbra, Almedina, 2019, 4.ª Edição – Reimpressão 2023.

MESQUITA, Lurdes Varregoso, Direito Processual Civil, Coimbra, Gestlegal, 2020.

PIMENTA, Paulo, Processo Civil Declarativo, Coimbra, Almedina, 2020, 3.ª Edição – Reimpressão 2023.

PIMENTA, Paulo, Correia, João, Castanheira, Sérgio, Introdução ao Estudo e à Aplicação do Código de Processo Civil de 2013, Coimbra, Almedina, 2013.

PIMENTA, Paulo, Correia, João, Castanheira, Sérgio, Introdução ao Estudo e à Aplicação do Código de Processo Civil de 2013, Coimbra, Almedina, 2013.

Métodos de Ensino e de Aprendizagem

Os conteúdos programáticos da unidade curricular de Direito Processual Civil I estão definidos e organizados por forma a corresponderem aos objetivos de aprendizagem propostos, procurando-se que os estudantes dominem e sejam capazes de actuar no âmbito do processo declarativo.

Os conteúdos da Parte I do programa, relativa à Introdução, permitirão atingir os objetivos de: Identificar o objeto, a natureza, as características e as fontes do Direito Processual Civil. Identificar os princípios gerais do processo civil e conseguir reconhecê-los ao longo do processo; ser capaz de os utilizar na tarefa interpretativa das normas processuais.

Na Parte II do programa, onde é tratada a classificação das ações, são abordados os conteúdos que proporcionarão ao estudante: Aplicar, em casos concretos, a classificação das ações quanto ao objeto, à forma e aos interesses em discussão. Compreender o formalismo processual declarativo, sendo capaz de identificar o meio judicial adequado, de que deve lançar mão perante casos concretos. Atuar, simuladamente, como intervenientes processuais, sendo

capazes de identificar as formas de processo.

Na Parte III, relativa aos Pressupostos Processuais, os respectivos conteúdos programáticos permitem que o aluno apreenda os conceitos e conhecimentos essenciais para que seja capaz e fique habilitado a: Reconhecer a teoria dos pressupostos processuais. Conhecer os pressupostos processuais quanto às partes, ao Tribunal e ao objeto da causa, perante situações concretas. Identificar os pressupostos processuais quanto às partes, ao Tribunal e ao objeto da causa, perante situações concretas, bem como identificar os vícios processuais e aplicar as consequências adequadas conforme o vício seja sanável ou insanável. Atuar, simuladamente, como intervenientes processuais, sendo capazes de identificar a regularidade do processo e a forma de sanção da falta de pressupostos processuais.

A última Parte do programa, sobre a Tutela Cautelar, assegura o objetivo de: Identificar e caracterizar os procedimentos cautelares, sabendo recorrer a eles perante situações concretas.

Métodos de Avaliação

As metodologias de avaliação, a aplicar nos dois regimes do curso (laboral e pós laboral), são as seguintes:

1. Na época de avaliação contínua e periódica:

Através de dois testes escritos (presenciais);

O primeiro teste com a ponderação de 40% na nota final;

O segundo teste com a ponderação de 60% na nota final;

As datas de realização dos testes serão divulgadas pela Direção de Curso na plataforma E-learning/Moodle;

Exige-se nota mínima de 8,0 valores em cada um dos testes (número inteiro, sem arredondamento);

O acesso ao 2.º teste depende da obtenção da referida nota mínima;

A classificação final é calculada através da ponderação das notas obtidas em cada um dos testes, de acordo com as respetivas ponderações;

O aluno é aprovado se obtiver, no somatório das notas obtidas em cada um dos testes (de acordo com as respetivas ponderações) classificação igual ou superior a 10 valores.

2. Na época de recurso, a avaliação será realizada por exame escrito.

· O exame terá a ponderação de 100% na classificação final e o aluno será aprovado se obtiver classificação igual ou superior a 10 valores.

*Não serão realizadas provas orais.